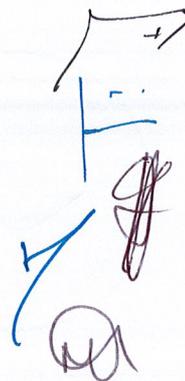


INSTITUTO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Vila Nova de Milfontes



"As árvores de grande porte... levam o seu tempo a fazer-se..."

Mons. Joaquim Maria Lourenço

Relatório da Gestão

Relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2023

Vila Nova de Milfontes, 29 de abril de 2024



INSTITUTO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Vila Nova de Milfontes

Handwritten signature and initials in blue ink.

Índice

Índice	1
Mensagem da Direção	3
1. Introdução e Enquadramento	5
1.1 Missão, Visão e Valores	5
1.1.1 Missão	5
1.1.2 Visão	5
1.1.3 Valores	6
1.2 Ética, transparência e responsabilidade	6
1.3 Política da qualidade	6
1.4 Contratação Pública	6
2. A evolução da atividade nas diferentes valências do Instituto	7
2.1 Enquadramento Macroeconómico	7
2.2 A inflação	7
2.3 Atividade económica	7
2.4 Evolução do salário mínimo nacional	7
3. A atividade operacional do Instituto	9
3.1 Evolução da atividade	9
3.2 Análise das rubricas orçamentais VS resultados	11
3.3 Pessoal ao serviço na Instituição	12
3.4 Análise comparativa dos centros de custo	12
3.5 Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	15
3.6 A evolução previsível do Instituto	15
3.7 As autorizações concedidas a negócios entre o Instituto e os seus Diretores	16
3.8 Situação perante o Estado e a Segurança Social	16
3.9 Gestão de riscos financeiros	16
3.10 Existência de sucursais	16
4. Proposta de aplicação de resultados	16
5. Notas Finais	16



INSTITUTO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Vila Nova de Milfontes

MENSAGEM DA DIREÇÃO

"As árvores de grande porte... levam o seu tempo a fazer-se...", assim quis o fundador do Instituto de Nossa Senhora de Fátima (INSF), Mons. Joaquim Maria Lourenço, delinear itinerário desta Instituição no seu presente, que teve por base no pressuposto da sua instituição e a Direção nos seus quatro anos de mandato procuramos ser fieis no atual momento presente e perspetivando o futuro da mesma, sendo que o legado passado de geração em geração sob diversas Direções perpetuam a memória e a ação criativa do sonho de um humanista de profunda fé.

Com o decorrer do ano de 2023 a presente Direção verifica, com agrado, um retomar à normalidade e em cada instante da atualidade, toma muito a sério os propósitos orientadores que geraram a obra que temos presentemente colocada no contexto geral da missão evangelizadora da Igreja, num acréscimo de responsabilidade e afirmação da Direção do INSF em fazer o bem e sendo este bem feito, afirmando-se como uma Instituição de valor para a vila de Vila Nova de Milfontes, para o concelho e demais estruturas onde se insere e onde a sua presença acrescenta valor para todos.

Assim, este Relatório de Gestão pretende refletir não somente a realidade do ano de 2023, mas o culminar de um ciclo de mandato 2019-2023, na qual quase toda a Direção foi reconduzida e tomando de posse em 19 de setembro de 2023, num processo de gestão responsabilmente cuidada e sustentável por forma a manter o equilíbrio face ao desequilíbrio verificado a nível económico global ao qual nenhuma instituição e pessoas ficaram indiferentes.

Desta forma e em modo de avaliação geral do mandato 2019-2023 surgem alguns pontos nevrálgicos que merecem ser alvo de nota positiva e que apesar de todas as condições adversas levaram ao sucesso da Direção:

1. o equilíbrio da gestão financeiras face aos sucessivos aumentos de salariais e crise financeira provocada pela pandemia da Covid-19, pela Guerra na Ucrânia e no Médio Oriente;
2. pela gestão da crise sanitária da Covid-19;
3. pela reorganização dos processos de contratação pública;
4. pelo aumento do número de turmas e consequentemente aumento da contratação de novos professores
5. face à conjuntura da educação em Portugal, nomeadamente a falta de professores no ensino público, conseguimos contratar e gerir o pessoal docente, não deixando alunos sem aulas/professores;
6. pelo protocolo com a Escola de Artes do Alentejo Litoral, proporcionando aos alunos do Colégio de Nossa Senhora da Graça a mais-valia do Ensino Articulado da Música;
7. pelo aumento de projetos cofinanciados por entidades públicas e europeias, elaborados e acompanhados internamente, o que acrescentaram mais valor ao património da Instituição e sustentabilidade futura da mesma: painéis fotovoltaicos, Águas Quentes Sanitárias, Campos Desportivos, remodelação do Ritz-Educação, Janelas e envidraçados de categoria energética AAA+, renovação do Aquecimento central, atualização de material informático para as salas e restantes partes do edifício, assim como a renovação e melhoria dos quartos que servem a valência Colónia Balnear, contribuindo para a redução da Pegada Ecológica e sustentabilidade ambiental;
8. pela adesão ao Pacto Educativo Global, promovido pelo Papa Francisco;

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a checkmark and initials.

INSTITUTO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Vila Nova de Milfontes



9. pela reorganização dos colaboradores da Instituição, procurando a eficiência e melhor produtividade;
10. pelo aumento de protocolos com entidades nacionais e internacionais, relevando o bom nome e sucesso do Instituto;
11. pela presença clara e impactante da Igreja no projeto Colégio, como escola Católica;
12. pela mudança de imagem do Instituto e do Colégio, tornando mais visível o Instituto no seu todo, assim como afirmando a valência "Colégio";
13. pelo aumento do caráter solidário para com os mais carenciados, na área de influência geográfica do Instituto (famílias, crianças, jovens e adultos), sejam extra-área, como foi no caso do acolhimento de refugiados de guerra da Ucrânia, sejam da China e Espanha nas JMJ 2023, mantendo-se assim fiel a sua identidade e missão.

Todas estas e outras ações da Direção visaram, sobretudo, valorizar os *Stakeholders* do Instituto: crianças, adolescentes e jovens, e suas famílias, assim como todos aqueles que usufruem da valência Colónia Balnear.

Todo este processo de mutação, estabilidade e afirmação da imagem do Instituto só se tornou possível pela dedicação de todos os membros da Direção, e sobretudo dos colaboradores, nomeadamente os vários diretores (financeiro, pedagógico, administrativo), dos docentes e não docentes.

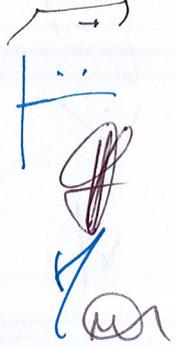
Assim, no cumprimento da alínea d) do art.º 19.º dos Estatutos do Instituto de Nossa Senhora de Fátima, cumpre à Direção apresentar o Relatório e Contas, que compreende o Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração das alterações dos Fundos Patrimoniais, Fluxos de Caixa e respetivo Anexo, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

A Direção



INSTITUTO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Vila Nova de Milfontes



1. Introdução e Enquadramento

O Instituto de Nossa Senhora de Fátima (doravante designada por "Instituto") na prossecução dos seus fins, embora tenha como atividade mais visível a do Colégio de Nossa Senhora da Graça, não é negligenciada a preocupação com a resposta às carências sociais da população residente na sua área de influência defendendo que a vertente cultural / educativa não oculte a social, dado que era esta a preocupação fundamental do Fundador da Instituição, Arcebispo Monsenhor Joaquim Maria Lourenço.

Conforme disposto no artigo 4.º dos referidos Estatutos, os fins principais do Instituto são:

Apoio à Infância e Juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo (Berçário, Creche, Jardim de Infância, Atividades de Tempos Livres, Cantina ou outras);

Educação e formação profissional dos cidadãos, através do Estabelecimento de Ensino Particular e Cooperativo designado por Colégio de Nossa Senhora da Graça, dotado de autonomia pedagógica e organizativa, nos diferentes níveis e modalidades de ensino e de formação, desde o Ensino Pré-Escolar ao Ensino Básico e ao Ensino Secundário;

Apoio à família, através da residência para estudantes, de colónias ou campos de férias;

Centro Pastoral na área da Igreja Católica;

Apoio às pessoas idosas através de Lar para Terceira Idade ou outras estruturas;

Outras respostas sociais, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e para a consecução dos seus fins.

1.1 Missão, Visão e Valores

1.1.1 Missão

O Instituto prossegue o bem público eclesial na sua área de intervenção, de acordo com as normas da Igreja Católica, e tem como fins a promoção da caridade cristã, da cultura, educação e a integração comunitária e social, na perspetiva dos valores do Evangelho, de todos os habitantes da comunidade onde está situado, especialmente dos mais pobres (artigo 3.º, n.º 1 dos referidos Estatutos).

1.1.2 Visão

De acordo com os Estatutos, o Instituto, na prossecução dos seus fins, orienta a sua ação sócio-caritativa à luz da Doutrina Social da Igreja pretendendo com a sua ação atingir:

- A natureza unitária da pessoa humana e o respeito pela sua dignidade;
- O aperfeiçoamento cultural, espiritual, social e moral de todos os cidadãos;
- A promoção integral de todos os habitantes da área de intervenção, num espírito de solidariedade humana, cristã e social.

Para concretizar a sua Visão, a Direção do Instituto, na fidelidade aos Estatutos, poderá vir a desenvolver atividades de natureza instrumental relativamente aos seus fins não lucrativos, ainda que desenvolvidas por outras entidades por ele criadas, ou mesmo que em parceria, e cujos resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento da concretização dos fins da Instituição.



INSTITUTO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Vila Nova de Milfontes

1.1.3 Valores

Contribuir para o respeito pela dignidade da pessoa humana dentro dos princípios da fé e da moral católicas, sem discriminação de ordem ideológica, política, étnica e confessional.

1.2 Ética, transparência e responsabilidade

O Instituto baseia toda a sua ação e atividade tendo por base processos de ética, transparência e responsabilidade.

Em termos éticos, o Instituto dá cumprimento ao artigo 127, n.º 1 alínea k) do Código do Trabalho, o Instituto criou e coloca à disposição de todos os colaboradores e a todos quantos entram na Instituição um Código de Boa Conduta, garantindo o direito de igualdade de tratamento e de acesso ao trabalho e aos diversos locais do Instituto, garantindo não somente o cumprimento da lei, mas criando mecanismos para que não se desenvolvam quaisquer formas de discriminação.

Complementarmente, o Instituto implementou todo um conjunto de processos para dar cumprimento à normativa do Regulamento Geral de Proteção de Dados, protegendo os dados sensíveis de todos os colaboradores, alunos, fornecedores e demais instituições com quem tem parcerias.

Em relação à transparência, o Instituto mantém uma política de apresentação do Relatório de Contas às entidades perante as quais tem de apresentar o seu Relatório de Contas (Diocese de Beja, Segurança Social, POCH, Pessoas20-30, Ministério da Educação), além da publicação anual no site institucional, no final de cada ano.

Por sua vez, todos os documentos contabilísticos são submetidos para análise e apreciação de um Revisor Oficial de Contas e posterior análise e apreciação do Conselho Fiscal do Instituto.

Complementar a todo este processo, o Instituto tem vindo a aperfeiçoar e aplicar o Código de Procedimentos de Contratação Pública fomentando, assim, transparência e responsabilidade pela prática de boa gestão que lhe está confiada.

1.3 Política da qualidade

O Instituto tem vindo ao longo dos tempos a apostar numa política de qualidade. Em 04 de agosto de 2020 foi atribuído pela ANQEP o selo de conformidade EQAVET, certificando o alinhamento do ensino profissional com o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o ensino e formação profissional. Em 27 de novembro de 2023 renovamos o selo de conformidade EQAVET.

O Instituto continua a trabalhar no desenvolvimento de processos internos, como se verifica nos processos de autoavaliação de escola. Assim contribuímos, ano após ano, para a constante melhoria continua dos processos de qualidade. O Instituto pretende continuar a afirmar-se como uma escola de referência na região Alentejo Litoral.

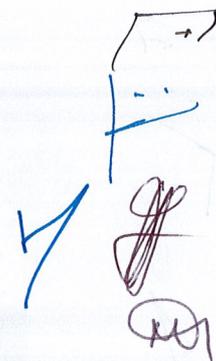
1.4 Contratação Pública

O Instituto aplicou os princípios da Contratação Pública aos procedimentos elegíveis.



INSTITUTO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Vila Nova de Milfontes



2. A evolução da atividade nas diferentes valências do Instituto

A evolução do bem-estar em Portugal face à UE mostra um processo de convergência nos últimos 27 anos. A aproximação do bem-estar dos portugueses ao da média da UE refletiu uma melhoria relativa em todas as componentes, com destaque para o aumento da esperança média de vida e para a redução da desigualdade. O aprofundamento do processo de convergência exige que a melhoria relativa nas dimensões analisadas se mantenha. As perspetivas para o consumo estão ligadas às do crescimento do produto, dependendo da manutenção de condições favoráveis à acumulação de fatores produtivos e incorporação de avanços tecnológicos, bem como da aposta contínua na melhoria das qualificações da população e do funcionamento dos mercados. Os progressos observados nestas áreas, a par da diversificação das fontes de crescimento económico, têm contribuído para um aumento mais sustentável dos rendimentos e do nível de vida dos portugueses. O aumento da esperança de vida e tempo de lazer, assim como a redução da desigualdade, devem também continuar a fazer parte do processo de decisão da política económica devido ao seu impacto na sustentabilidade do crescimento e no bem-estar no médio e longo-prazos.

2.1 Enquadramento Macroeconómico

Segundo os dados do Boletim Económico, do Banco de Portugal, a economia portuguesa manterá um crescimento superior ao da área do euro. O crescimento anual da economia portuguesa deverá situar-se em 2% em 2024 e 2,3%, em média, em 2025–26. A inflação continuou a reduzir-se no final de 2023 e terá estabilizado no primeiro trimestre de 2024, projetando-se que atinja valores próximos de 2% a partir do início de 2025.

2.2 A inflação

Os efeitos da inflação causaram um aumento dos preços dos bens energéticos e alimentares. Assim, em 2023 os efeitos da inflação provocaram incerteza e constrangimentos nas cadeias de fornecimento de energia, de matérias-primas e na redução do rendimento real das famílias, atenuada pela medida aplicada pelo governo do IVA zero e pela recuperação do poder de compra dos salários.

2.3 Atividade económica

A atividade económica na área do Euro estagnou no segundo e terceiro trimestres de 2023 e recuperou no quarto trimestre de 2023, crescendo 0,8% em cadeia após dois trimestres de estagnação.

O crescimento anual da economia portuguesa deverá situar-se em 2% em 2024 e 2,3%, em média, em 2025–26.

2.4 Evolução do salário mínimo nacional

O aumento do salário mínimo nos últimos 4 anos, no valor de 145,90€ por mês (12 meses) impactou positivamente a economia portuguesa, tendo-se refletido num aumento de gastos com o pessoal para as instituições.

Handwritten marks and signatures on the left margin.



INSTITUTO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Vila Nova de Milfontes

Anos	Valor mensal	Valor anual (14 meses)	Valor anual (14 meses) dividido por 12 meses
	Salário mínimo geral	Salário mínimo geral	Salário mínimo geral
2020	635,00€	8.890,00€	740,80€
2021	665,00€	9.310,00€	775,80€
2022	705,00€	9.870,00€	822,50€
2023	760,00€	10.640,00€	886,70€

Fonte: PORDATA

Fontes de Dados: DGERT/MTSSS



INSTITUTO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Vila Nova de Milfontes

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a box with a plus sign and a signature.

3. A atividade operacional do Instituto

3.1 Evolução da atividade

O quadro seguinte apresenta a evolução da atividade financeira do Instituto. Destaca-se o aumento dos rendimentos, nas rubricas de vendas + prestação de serviços e nos subsídios à exploração e o aumento de gastos nas rubricas de gastos com o pessoal e no custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas.

Contas	Designação	2023	2022	2021	2020	2019
71	Vendas	90 846,33	349 392,38	281 421,82	232 456,38	294 887,32
72	Prestações de Serviços	610 937,74	216 422,42	157 519,46	125 575,87	188 252,10
	Vendas + Prestações de Serviços	701 784,07	565 814,80	438 941,28	358 032,25	483 139,42
75	Subsídios, Doaç. e Leg. à Exploração	2 140 886,98	2 128 153,81	2 009 201,91	2 022 445,15	1 992 646,05
78	Outros rendimentos e Ganhos	41 853,31	42 623,01	18 716,45	34131,33	55508,15
79	Juros, Divid. e Out.Rendim.Similares	4 473,88	287,05	390,46	1989,37	1752,1
	Rendimentos	2 888 998,24	2 736 878,67	2 467 250,10	2 416 598,10	2 533 045,72
61	Ctºdas Merc./Mat.Primas	311 972,13	285 091,38	208 197,81	224178,3	244331,03
62	Fornecimentos e Serviços Externos	252 014,18	295 448,66	191 287,44	218737,41	229993,97
63	Gastos com o Pessoal	2 128 927,51	1 961 616,90	1 897 181,43	1937288,36	1985894,84
64	Gastos de Deprec.e Amortização	118 138,94	113 259,76	92 980,35	115813,03	128889,68
65	Perdas por Imparidade	975,54	3 460,02	4 387,55	0,00	0,00
67	Provisões do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Outros Gastos e Perdas	10 047,14	7 848,33	8 052,77	15296,36	10999,95
69	Gastos e Perdas Financiamento	0,00	0,00	1 690,68	1673,33	1701,68
	Gastos	2 822 075,44	2 666 725,05	2 403 778,03	2 512 986,79	2 601 811,15
	Resultados Líquidos	66 922,80	70 153,62	63 472,07	-96 388,69	-68 765,43

O Resultado líquido positivo do período findo em 31 de dezembro de **2023** ascendeu a **66.922,80 €** (sessenta e seis mil novecentos e vinte e dois euros e oitenta centésimos) que comparado com:

2022 no valor de **70.153,62 €** (setenta mil cento e cinquenta e três euros e sessenta e dois centésimos), resultado líquido positivo;

2021 no valor de **63.472,07€** (sessenta e três mil quatrocentos e setenta e dois euros e sete centésimos), resultado líquido positivo;



INSTITUTO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Vila Nova de Milfontes

2020 de - **96.388,69 €** (noventa e seis mil, trezentos e oitenta e oito euros e sessenta e nove cêntimos), resultado líquido negativo;

2019 de - **68.765,43 €** (sessenta e oito mil, setecentos e sessenta e cinco euros e quarenta e três cêntimos), resultado líquido negativo;

Tendo em consideração os últimos quatro exercícios, considera-se que o resultado alcançado foi positivo, tendo em conta ainda os impactos provocados em 2022 pela Guerra na Ucrânia, o que resultou num aumento generalizado dos preços na economia.

A Direção, no decorrer do mandato tomou as devidas diligências para minorar os impactos negativos destes factos. Estes podem ser verificados na demonstração abaixo.

	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Valências do INSTITUTO NS FÁTIMA	Proveitos	Proveitos	Gastos	Gastos	Resultados Líquidos	Resultados Líquidos
Colégio de Nossa Senhora da Graça	2 184 207,05	2 083 287,86	2 227 063,51	2 116 683,56	-42 856,46	-33 395,70
Papelaria INSF	99 461,20	99 331,10	84 047,89	88 522,20	15 413,31	10 786,25
Colónia de Férias	169 749,31	135 344,90	57 349,14	53 039,60	112 400,17	82 305,30
Refeitório INSF	453 519,46	417 517,38	402 351,38	364 075,84	51 168,08	53 441,54
Serviços Gerais	38 083,39	70 320,80	87 088,69	94 523,88	-49 005,30	-24 203,08
CATL	14 151,00	17 245,00	34 348,00	35 871,94	-20 197,00	-18 626,94

No período de **2023** o valor do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) ascendeu a um valor positivo de **180.587,86 €**.

No período de **2022** o valor do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) ascendeu a um valor positivo de **183.126,33 €**.

No período de **2021** situou-se em **157.752,64 €**, o que representa um aumento face ao ano anterior em 138.644,34 € positivos.

No período de **2020** situou-se em **19.108,30 €**, o que representa uma diminuição face ao ano anterior em 40.965,53 €.

Enquanto fator determinante no financiamento da atividade educativa do Instituto, o valor de Subsídios à Exploração apresentou a seguinte evolução:

2023 no valor de **2.140.886,98 €**

2022 situou-se em **2.128.153,81 €**

2021 atingiu os **2.009.201,91 €**

2020 posicionou-se nos **2.022.455,15 €**

Tendo-se registado um aumento dos subsídios à exploração nos últimos três anos devido ao aumento do número de turmas em contrato de associação.



INSTITUTO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Vila Nova de Milfontes

Handwritten signature and initials in blue and red ink.

3.2 Análise das rubricas orçamentais VS resultados

Da análise aos valores orçamentados para 2023, concluímos que existiu um desvio no total dos rendimentos de 227.634,03 e no total dos gastos de 162.818,66, estes valores, na sua maioria, são justificados pelo aumento positivo do valor das prestações de serviço nas valências Colónia de Férias, Colégio e Refeitório que afetaram a previsão orçamental.

As rubricas de vendas e serviços prestados sofreram uma alteração de registo na contabilidade, passando a registar as vendas do refeitório na rubrica de prestação de serviços, no ano de 2023.

Os Rendimentos aumentaram nas rubricas de vendas e de subsídios à exploração muito devido ao aumento de turmas no ano letivo 2023/2024 e dos impactos positivos no Refeitório e na Colónia Balnear.

Por outro lado, os gastos aumentaram na proporção das vendas e nos gastos com o pessoal devido às atualizações salariais.

CÓDIGO DA CONTA	GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO 2023	REAL 2023	DIFERENÇA
61	CUSTO DAS MERC.VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	262 581,17 €	311 972,13 €	49 390,96 €
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	272 565,70 €	252 014,18 €	- 20 551,52 €
63	GASTOS COM O PESSOAL	2 001 075,77 €	2 128 927,51 €	127 851,74 €
64	DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES	106 633,94 €	118 138,94 €	11 505,00 €
65	PERDAS POR IMPARIDADE		975,54 €	975,54 €
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	16 400,20 €	10 047,14 €	- 6 353,06 €
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO		- €	- €
		2 659 256,78 €	2 822 075,44 €	162 818,66 €

CÓDIGO DA CONTA	RENDIMENTOS E GANHOS	ORÇAMENTO 2023	REAL 2023	DIFERENÇA
71	VENDAS	319 709,74 €	90 846,33 €	- 228 863,41 €
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	229 746,30 €	610 937,74 €	381 191,44 €
71+72	VENDAS+PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	549 456,04 €	701 784,07 €	152 328,03 €
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	2 092 801,87 €	2 140 886,98 €	48 085,11 €
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	18 706,30 €	46 327,19 €	27 620,89 €
79	JUROS, DIV. E OUTROS RENDIMENTOS	400,00 €	- €	- 400,00 €
		2 661 364,21 €	2 888 998,24 €	227 634,03 €



INSTITUTO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Vila Nova de Milfontes



3.3 Pessoal ao serviço na Instituição

O número médio de pessoas ao serviço na Instituição no período de 2023 foi de 85 trabalhadores (85 em 2022) os quais se encontram alocados às seguintes valências: nos Serviços Gerais, 5 trabalhadores; no Colégio, 68 trabalhadores; no Jardim de Infância, 5 trabalhadores e no Refeitório, 7 trabalhadores. As valências CATL e Época Balnear partilham trabalhadores com as valências Serviços Gerais e Colégio.

3.4 Análise comparativa dos centros de custo

O nível de rendimento, gastos e respetivo resultado por centro de custo no período, é descrita como segue:

	Rendimentos	Gastos	Resultado
1-Serviços Gerais	38 083,39 €	86 067,68 €	-47 984,29 €
2-Colégio	1 883 894,63 €	1 898 124,73 €	-14 230,10 €
3-Papelaria	99 461,20 €	84 047,89 €	15 413,31 €
4-Sase	41 141,71 €	41 141,71 €	0,00 €
5-Jardim de Infância	105 300,42 €	131 979,20 €	-26 678,78 €
6-Colónia de Férias - Grupos	169 749,31 €	57 349,14 €	112 400,17 €
7-CATL	14 151,00 €	34 348,00 €	-20 197,00 €
8-Refeitório	453 519,46	402 351,38	51 168,08
35-POCH-01-55H8-FSE000600	111 786,68	113 076,63	-1 289,95
37-ERASMUS+ 2022-1PT01-KA121-066897	18 028,00	18 085,22	-57,22
38-Pessoas2030-23/24	65197,32	66818,74	-1 621,42
10-Eliminação Transações Internas	-111 314,88	-111 314,88	0,00
Total	2 888 998,24	2 822 075,44	66 922,80

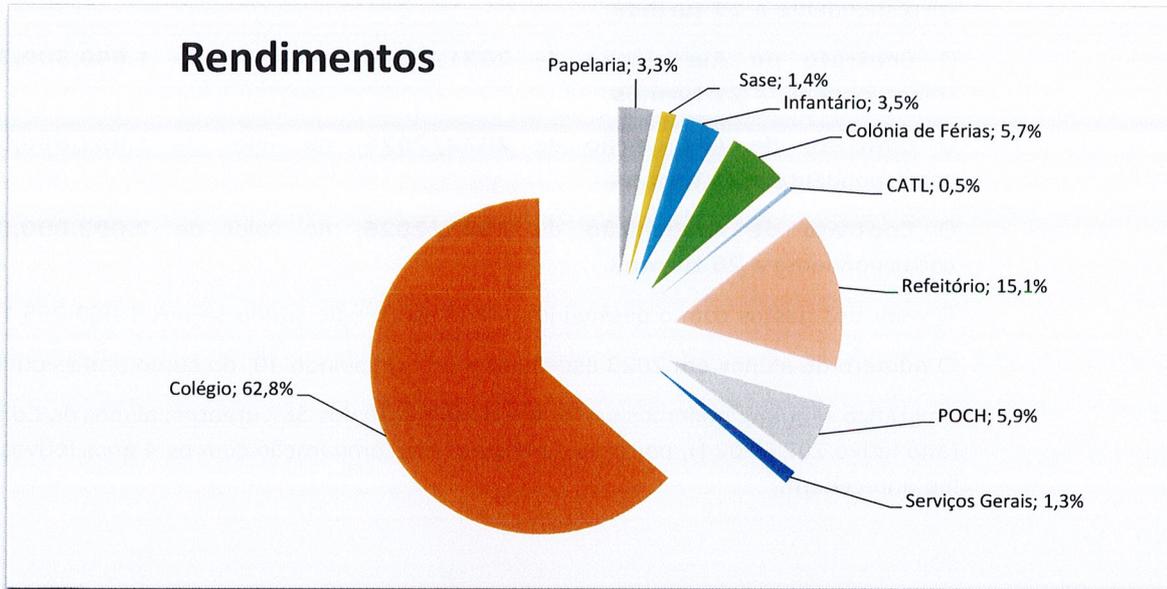


INSTITUTO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

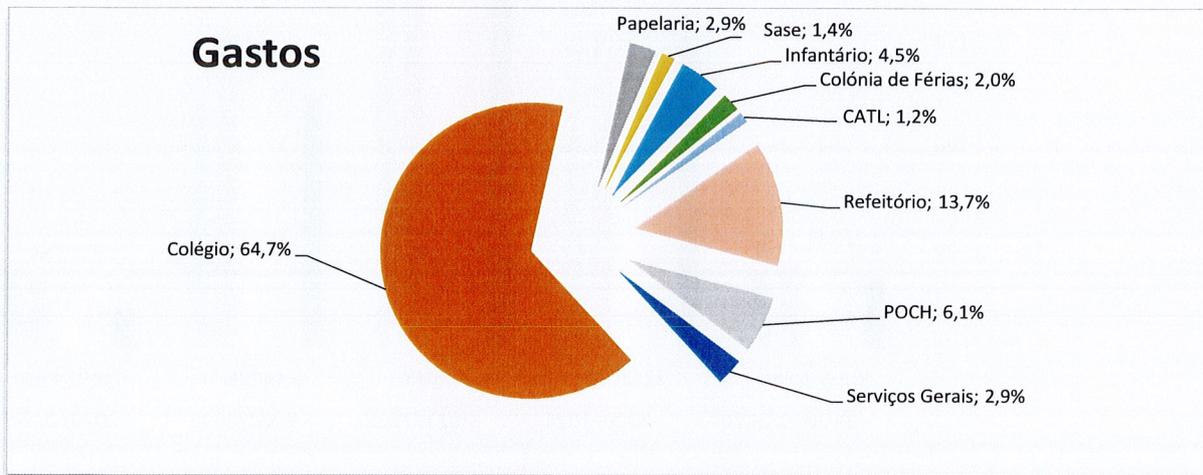
Vila Nova de Milfontes



O peso dos rendimentos em cada centro de custo no período de 2023, é como segue:



O peso dos gastos em cada centro de custo no período de 2023 é como segue:



Colégio

Este centro de custo no período em análise foi responsável por 62,8% dos rendimentos auferidos pelo Instituto.

Em 2023 a valência Colégio foi impactada por um aumento de subsídios à exploração. O valor auferido pelo Contrato de Associação-Colégio ascendeu a um rendimento de 1.824.666,66€, tendo o valor aumentado quando comparado com 2022, que se situou nos 1.717.333,33 €, por aumento de 2 turmas.

Em 2023, o valor mensal do Contrato de Associação no período de janeiro-agosto cifrou-se em 147.583,34 € e no período de setembro-dezembro situou-se nos 161.000,00 €.



INSTITUTO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Vila Nova de Milfontes

O **Contrato de Associação** de **2020/2023**, no valor de **1.529.500,00€**, correspondente a **19 turmas**.

O **Contrato de Associação** de **2021/2024**, no valor de **1.690.500,00€**, correspondente a **21 turmas**.

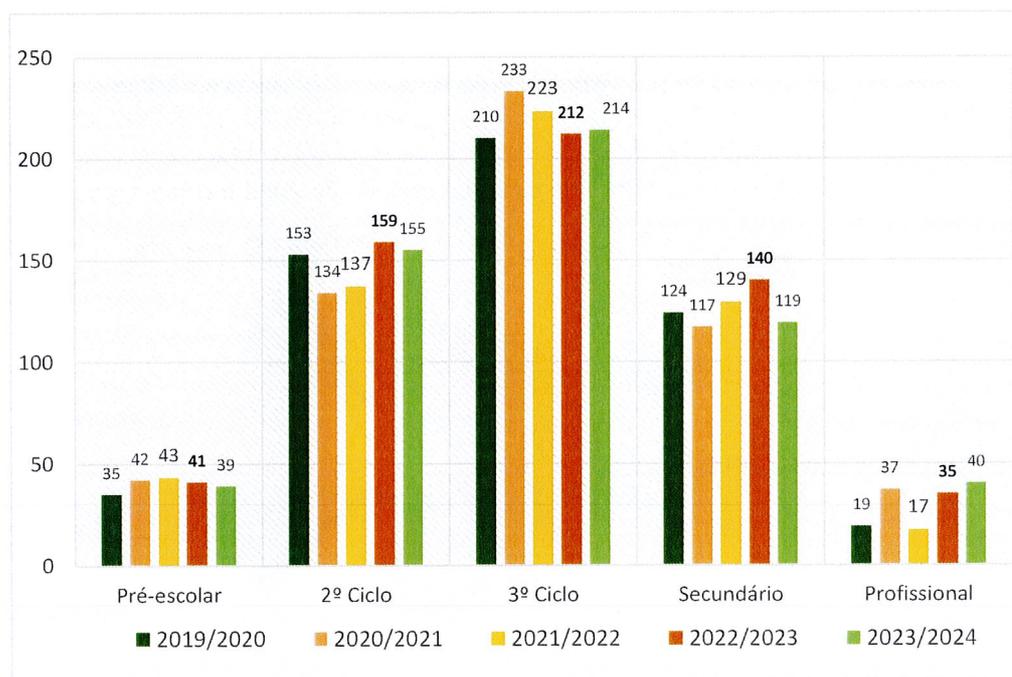
O **Contrato de Associação** de **2022/2025**, no valor de **1.932.000,00€**, correspondente a **24 turmas**.

O **Contrato de Associação** de **2023/2026**, no valor de **2.093.000,00€**, correspondente a **26 turmas**.

O valor dos gastos com o pessoal imputado ao Colégio situou-se nos 1.660.955,18€.

O número de alunos em 2023 ascendeu a 567 (incluindo 40, do curso profissional).

No gráfico seguinte podemos verificar a distribuição dos 567 utentes, alunos do Colégio, (ano letivo 2023/2024), por ciclo de ensino, em comparação com os 4 anos letivos que lhe antecedem:



Papelaria

O nível de rendimentos da Papelaria ascendeu a 99.461,20 € em 2023 que comparando com o valor registado em 2022 de 99.331,10 € registou um ligeiro aumento fase ao ano anterior.

O resultado da valência "Papelaria" no ano de 2023 atingiu um resultado positivo de 15.413,31€ 2022 em comparação com o resultado positivo de 2022 no valor de 10.808,90 €.

Infantário

O Infantário é destinado à educação pré-escolar.



INSTITUTO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Vila Nova de Milfontes



Fazendo parte da responsabilidade social do Instituto e em face do apoio financeiro que é alocado ao Infantário, o subsídio recebido pelo Contrato de Desenvolvimento de 23.288,20€ (25.456,01 € em 2022), cobriu 18% dos gastos desta valência. Os gastos com o pessoal situam-se nos 99.530,05 €.

Com um nível de rendimentos de 105.300,42€ (120.993,53€ em 2022) e servindo 39 crianças no Infantário em 2023 (41 em 2022), esta valência apresentou um resultado negativo de 26.678,78€, em 2022.

Colónia de Férias

A Colónia de Férias melhorou os níveis de desempenho em comparação com anos anteriores. Esta valência, em 2023, gerou prestações de serviços no valor de 169.749,31 €, superior aos valores de rendimento de 2022, situados nos 135.344,90 €.

Esta valência, em 2023, apresentou um resultado positivo de 112.400,17 € face ao valor em 2022 de 82.305,30€.

Refeitório

O Refeitório registou em 2023 rendimentos no valor de 453.519,46 €, superiores aos valores obtidos em 2022, de 417.517,38€.

Esta valência apresentou um resultado positivo de 51.168,08 € face ao resultado positivo de 2022, no valor de 53.441,54 €.

CATL

Esta valência em 2023 apresentou um resultado negativo de 20.197,00€ que acompanhou o resultado negativo no valor de 18.626,94 €, em 2022.

O número total atingiu os 18 utentes em 2023 (29 utentes em 2022).

Serviços Gerais

Esta valência congrega um conjunto de gastos de âmbito geral e cuja natureza é transversal às diferentes valências, tendo sido procedimento interno a imputação específica dos gastos a cada uma das valências operacionais.

Ainda no período de 2023, o valor registado pelas relações económicas inter-valências atingiu o montante de 111.314,88 €.

3.5 Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não se registaram quaisquer factos subsequentes a 31 de dezembro de 2023, que dada a sua relevância devam ser objeto de referência a esta data.

3.6 A evolução previsível do Instituto

Em 2023 a atividade do Colégio de Nossa Senhora da Graça, foi responsável por 62,8% dos rendimentos auferidos, sendo preponderante na avaliação da evolução previsível do Instituto.



INSTITUTO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Vila Nova de Milfontes



É relevante mencionar que, os meios financeiros necessários à consecução das atividades do Instituto são, maioritariamente, obtidos através de subsídios periódicos ou extraordinários de entidades públicas e comunitárias, os quais decorrem das orientações da política educativa vigente. Consequentemente a continuidade das operações do Instituto encontram-se dependente da manutenção do suporte financeiro de terceiras entidades.

A evolução previsível do Instituto está estritamente alicerçada no valor das suas valências.

3.7 As autorizações concedidas a negócios entre o Instituto e os seus Diretores

Não se verificaram quaisquer negócios entre o Instituto e os seus Diretores, nem foi solicitada qualquer autorização nesse sentido.

3.8 Situação perante o Estado e a Segurança Social

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 208º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela lei n.º 110/2009, de dezasseis de setembro, na sua versão atualizada, a Direção informa que a situação do Instituto perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legais estipulados.

3.9 Gestão de riscos financeiros

O Instituto não utilizou instrumentos financeiros na sua atividade, incluindo instrumentos de cobertura. Desta forma, o Instituto não está sujeito a riscos significativos de preço, crédito, liquidez e fluxos de caixa relacionados com a utilização de instrumentos financeiros.

3.10 Existência de sucursais

O Instituto não tem sucursais.

4. Proposta de aplicação de resultados

A Direção propõe que o resultado positivo no montante de 66.922,80 € (sessenta e seis mil cento e novecentos e vinte e dois euros e oitenta cêntimos) seja transferido para Resultados Transitados.

5. Notas Finais

A terminar, a Direção agradece a todos os que colaboraram com o Instituto ao longo deste mandato 2019-2023, nomeadamente aos colaboradores (docentes e não docentes), aos clientes da Instituição (alunos e suas famílias e outros), aos fornecedores, ao Conselho Fiscal, e a todo o tecido empresarial que tem colaborado e confiado na missão, valores e ação do Instituto.



INSTITUTO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Vila Nova de Milfontes

A Direção

Carlos Filipe Bernardino da Silva

Presidente da Direção

Manuel Francisco Perfeito Pato

Vice-Presidente

Bruno Ribeiro Ferreira dos Reis Cabecinha

Secretário

Francisco António Caetano Lampreia

Tesoureiro

Mónica Isabel Penetra Campos de Carvalho McGill

Vogal

Vila Nova de Milfontes, 29 de abril de 2024

INSTITUTO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Handwritten signature and initials in blue ink.

Prestação de Contas

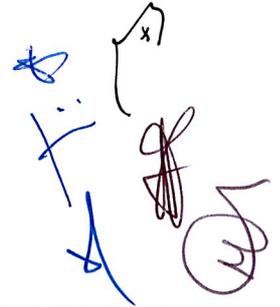
Período 2023



Vila Nova de Milfontes, 29 de Abril de 2024

INSTITUTO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em euros)



1. Identificação da Entidade

O Instituto Nossa Senhora de Fátima, doravante designado por "Instituto" é uma Instituição de Solidariedade Social, nos termos dos artigos 44º e 46º do Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de fevereiro, tendo a sua sede na Rua Custódio Brás Pacheco, Freguesia de Vila Nova de Milfontes no concelho de Odemira e número de identificação de pessoa coletiva 501 119 841.

Os fins principais do Instituto são:

- a) Apoio à Infância e Juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo (Creche, Jardim de Infância, Atividades de Tempos Livres, Cantina ou outras);
- b) Educação e formação profissional dos cidadãos, através do Estabelecimento de Ensino Particular e Cooperativo designado por Colégio de Nossa Senhora da Graça, dotado de autonomia pedagógica e organizativa, nos diferentes níveis e modalidades de ensino e de formação, desde o Ensino Pré-Escolar ao Ensino Básico e ao Ensino Secundário;
- c) Apoio à família, através da residência para estudantes, de colónias ou campos de férias;
- d) Cento Pastoral na área da Igreja Católica;
- e) Apoio às pessoas idosas através de Lar para Terceira Idade ou outras estruturas;
- f) Outras respostas sociais, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e para a consecução dos seus fins.

É do entendimento da Direção que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Instituto, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36 - A/2011, de 9 de março, ajustado pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho. O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector não Lucrativo (SNC -ESNL) é composto pelos seguintes instrumentos: Bases para a apresentação de demonstrações financeiras (BADF); Modelos de demonstrações financeiras (MDF); Código de Contas (CC); Norma contabilística e de relato financeiro para entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL); Normas interpretativas (NI).

As demonstrações financeiras incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos Fundos Patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2023 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2022.

3. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas E Erros

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL requer que a Direção formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que o Instituto espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são constituídos por terrenos e edifícios, equipamento de transporte, básico, administrativo, ferramentas e utensílios e outras imobilizações corpóreas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, e o método utilizado é o método das quotas constantes, tendo no presente período retomado as taxas de depreciação de acordo com as vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios e outras construções	40
Equipamento de transporte	4 - 8
Equipamento básico	16
Equipamento administrativo	10
Ferramentas e utensílios	4
Outros Ativos Fixos Tangíveis	3 a 10

b) Inventários

Os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

Não foi registado qualquer ajustamento nos Inventários, uma vez que os mesmos não excedem o respetivo valor de mercado.

c) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade

identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

d) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Os montantes incluídos na rubrica de "Depósitos Bancários e Caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria.

e) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- O Instituto tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

f) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

g) Ativos e passivos contingentes

O Instituto não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo de que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

h) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

i) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O Instituto reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que o Instituto obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. O Instituto baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

j) Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que o Instituto irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do Governo associados à aquisição de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos Fundos Próprios na rubrica "Outras Variações dos Fundos Próprios", sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos cuja aquisição se destinaram.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

k) Especialização de períodos

O Instituto regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de períodos, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

l) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

Os meios financeiros necessários à consecução das atividades do Instituto são, maioritariamente, obtidos através de subsídios periódicos ou extraordinários de entidades públicas, as quais decorrem das orientações da política educativa vigente. Consequentemente a continuidade das operações do Instituto encontra-se dependente da manutenção do suporte financeiro de terceiras entidades.

4. Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 não foram feitas alterações nas estimativas contabilísticas.

Instituto de Nossa Senhora de Fátima
Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

5. Ativos Fixos Tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos períodos de 2023 e 2022 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2023					
	Saldo em 01-Jan-23	Aquisições / Dotações	Reforço	Regularização	Saldo em 31-Dez-23
Custo:					
Terrenos e Recursos Naturais	23.909,88	-	-	-	23.909,88
Edifícios e outras construções	1.139.676,99	-	-	-	1.139.676,99
Equipamento Básico	175.820,10	-	-	-	175.820,10
Equipamento de transporte	53.238,65	-	-	-	53.238,65
Equipamento administrativo	541.802,36	33.345,37	-	-	575.147,73
Outros activos fixos tangíveis	1.893.350,08	58.796,79	-	-	1.952.146,87
	<u>3.827.798,06</u>	<u>92.142,16</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>3.919.940,22</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	1.109.159,94	-	11.914,48	-	1.121.074,42
Equipamento Básico	175.820,10	-	-	-	175.820,10
Equipamento de transporte	53.238,65	-	-	-	53.238,65
Equipamento administrativo	496.789,42	-	22.264,11	-84,53	518.969,00
Outros activos fixos tangíveis	1.546.455,01	-	82.523,12	-1.148,39	1.627.829,74
	<u>3.381.463,12</u>	<u>0,00</u>	<u>116.701,71</u>	<u>-1.232,92</u>	<u>3.496.931,91</u>
Valor Líquido	<u>446.334,94</u>	<u>92.142,16</u>	<u>-116.701,71</u>	<u>1.232,92</u>	<u>423.008,31</u>

31 de Dezembro de 2022					
	Saldo em 01-Jan-22	Aquisições / Dotações	Reforço	Regularização	Saldo em 31-Dez-22
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	23.909,88	-	-	-	23.909,88
Edifícios e outras construções	1.128.975,99	10.701,00	-	-	1.139.676,99
Equipamento básico	177.133,68	-	-	-1.313,58	175.820,10
Equipamento de transporte	53.238,65	-	-	-	53.238,65
Equipamento administrativo	488.351,20	53.451,16	-	-	541.802,36
Outros activos fixos tangíveis	1.762.874,91	130.475,17	-	-	1.893.350,08
	<u>3.634.484,31</u>	<u>194.627,33</u>	<u>0,00</u>	<u>-1.313,58</u>	<u>3.827.798,06</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	1.097.245,46	-	11.914,48	-	1.109.159,94
Equipamento básico	176.461,36	-	-	-641,26	175.820,10
Equipamento de transporte	53.238,65	-	-	-	53.238,65
Equipamento administrativo	477.178,15	-	19.611,27	-	496.789,42
Outros activos fixos tangíveis	1.465.516,97	-	80.296,78	641,26	1.546.455,01
	<u>3.269.640,59</u>	<u>0,00</u>	<u>111.822,53</u>	<u>0,00</u>	<u>3.381.463,12</u>
Valor Líquido	<u>364.843,72</u>	<u>194.627,33</u>	<u>-111.822,53</u>	<u>-1.313,58</u>	<u>446.334,94</u>

6. Ativos Intangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido na rubrica de ativos intangíveis e respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2023			
	Saldo em 01-Jan-23	Aquisições / Dotações	Reforço	Saldo em 31-Dez-23
Custo				
Software	13.548,97		-	13.548,97
	<u>13.548,97</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>13.548,97</u>
Amortizações Acumuladas				
Software	10.674,53	-	1.437,23	12.111,76
	<u>10.674,53</u>	<u>-</u>	<u>1.437,23</u>	<u>12.111,76</u>
Valor Líquido	<u>2.874,44</u>	<u>0,00</u>	<u>-1.437,23</u>	<u>1.437,21</u>

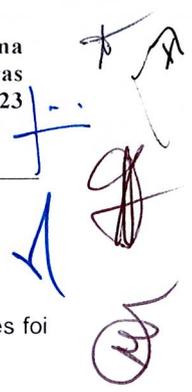
	31 de Dezembro de 2022			
	Saldo em 01-Jan-22	Aquisições / Dotações	Reforço	Saldo em 31-Dez-22
Custo				
Software	9.237,30	4.311,67	-	13.548,97
	<u>9.237,30</u>	<u>4.311,67</u>	<u>-</u>	<u>13.548,97</u>
Amortizações Acumuladas				
Software	9.237,30	-	1.437,23	10.674,53
	<u>9.237,30</u>	<u>0,00</u>	<u>1.437,23</u>	<u>10.674,53</u>
Valor Líquido	<u>0,00</u>	<u>4.311,67</u>	<u>-1.437,23</u>	<u>2.874,44</u>

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica Inventários era composta por mercadorias, relativos a artigos de papelaria e de refeitório, nos montantes de Euros 14 654,59 e Euros 12 538,41 respetivamente.

Os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

	31-Dez-23	31-Dez-22
Mercadorias	11.527,17	10.066,84
Matérias primas subsidiárias e de consumo	3.127,42	2.471,57
	<u>14.654,59</u>	<u>12.538,41</u>



8. Clientes

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido na rubrica de Clientes foi o seguinte:

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Clientes		
Clientes conta corrente	86.492,51	69.539,39
Clientes de cobrança duvidosa	8.823,11	7.847,57
	<u>95.315,62</u>	<u>77.386,96</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-8.823,11	-7.847,57
	<u>86.492,51</u>	<u>69.539,39</u>

9. Rédito

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as quantias reconhecidas por categoria de rédito, são como segue:

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Vendas e serviços prestados	701.784,07	565.814,80
Subsídios à exploração (Nota 11)	2.140.886,98	2.128.153,81
Outros rendimentos	41.853,31	42.623,01
	<u>2.884.524,36</u>	<u>2.736.591,62</u>

10. Provisões

O Instituto analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não se encontravam reconhecidas quaisquer provisões.

11. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

As contribuições obtidas, com a natureza de Subsídios e outros apoios das entidades públicas, com a natureza de subsídios à exploração, no período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram as seguintes:

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
DGAE - Colégio / Infantário	1.847.954,86	1.742.789,34
DGAE - CA - Megrat	1.615,79	49.286,54
'DGEE-Pessoas 2030 - 2023/2024	65.197,32	-
DGEE - Refeitório/Papelaria/Seguro/Visitas Estudo	35.454,62	46.871,49
DGEE-Bolsas de Mérito-Colégio	23.681,09	22.901,64
POCH - Programa Operacional Capital Humano	111.746,68	107.152,91
ERASMUS +	18.028,00	63.504,37
Município de Odemira	27.893,92	17.142,70
Donativos	8.709,90	9.113,95
Apoios Covid 19 - Segurança Social	-	18.495,63
IAPMEI / Adaptar Social	-	1.597,17
I.E.F.P.	-	12.760,97
Apoios Missão Ucrânia		35.327,50
Município Odemira	-	17.000,00
Outras Entidades	-	18.327,50
Apec - Assoc. Pot. Escolas Católicas	604,80	1.209,60
	<u>2.140.886,98</u>	<u>2.128.153,81</u>

No período de 2023 a Instituição reconheceu rendimentos de subsídios destinados à exploração, num montante de Euros 2 140 886,98 (Nota 9).

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os saldos com estas entidades, registados nas rúbricas de Acréscimos de Rendimentos e Rendimentos a Reconhecer tinham a seguinte composição:

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Acréscimos de rendimentos:		
POCH - Programa Operacional Capital Humano	20.760,33	28.362,97
DGEE - Pessoas 2030	14.265,50	-
Erasmus + 2020 e 2022	10.598,80	6.993,20
	<u>45.624,63</u>	<u>35.356,17</u>
Rendimentos diferidos:		
DGEstE- Papelaria	-	1.184,49
Erasmus + 2023	16.057,60	-
	<u>16.057,60</u>	<u>1.184,49</u>

12. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Activo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2.281,00	-
	<u>2.281,00</u>	<u>-</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	15.735,15	17.739,50
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	13.650,27	17.960,40
ADSE	15,59	-
Caixa Geral de Aposentações	11.780,29	14.355,07
Segurança Social	29.258,85	23.436,13
Outras Tributações - FCT / FGCT	-	332,47
	<u>70.440,15</u>	<u>73.823,57</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando esteja em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Instituto dos anos de 2020 a 2023 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e correção. A Direção entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Em 31 de Dezembro de 2023, não se registavam quaisquer montantes em mora em relação ao Estado e Outros entes Públicos.

13. Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Outras Contas a Receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-23	31-Dez-22
	Corrente	Corrente
Pessoal	17.911,55	845,41
Projetos "Verbas a receber"	50.421,24	49.088,17
Adiantamentos a Fornecedores	131,99	2.241,04
Outros	-	171,52
	68.464,78	52.346,14

14. Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Caixa	72,09	50,00
Depósitos à ordem	339.978,34	280.412,85
Depósitos à prazo	1.400.000,00	1.390.000,00
	1.740.050,43	1.670.462,85

15. Outros Passivos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-23	31-Dez-22
	Corrente	Corrente
Remunerações a liquidar	304.606,40	278.508,60
Outros acréscimos de gastos	15.982,24	17.293,69
Fornecedores de Investimento	257,95	7.571,88
Adiantamento de clientes	3.097,48	2.871,56
Outros passivos correntes	395,98	118,86
	324.340,05	306.364,59

16. Fornecimentos e Serviços Externos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-23	31-Dez-22
Subcontratos	202,12	105,00
Serviços especializados	61.087,07	58.928,74
Materiais	23.543,23	19.916,82
Energia e fluídos	38.736,41	58.638,83
Deslocações, estadas e transportes	7.069,35	13.074,19
Serviços diversos:		
Limpeza Higiene e Conforto	30.962,33	29.672,02
Comunicação	2.310,57	2.544,36
Rendas e Alugueres	830,69	279,67
Seguros	9.569,75	9.828,98
Outros Gastos POCH + Erasmus +	77.702,66	102.460,05
	252.014,18	295.448,66

[Handwritten signatures and initials in blue and purple ink]

17. Gastos com o Pessoal

O número médio de pessoas ao serviço na Instituição no período de 2023 foi de 85 trabalhadores (85 em 2022) os quais se encontram alocados às seguintes valências: nos Serviços Gerais 5 trabalhadores, no Colégio 68 trabalhadores, no Jardim de Infância 5 trabalhadores e no Refeitório 7 trabalhadores. As valências CATL e Época Balnear partilham trabalhadores com as valências Serviços Gerais e Colégio.

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Remunerações do pessoal	1.633.007,65	1.500.974,72
Encargos sobre remunerações	389.003,81	367.490,33
Seguros de acidentes no trabalho	14.113,07	12.924,27
Outros gastos com pessoal	<u>92.802,98</u>	<u>80.227,58</u>
	<u>2.128.927,51</u>	<u>1.961.616,90</u>

17.1 A rubrica de Outros gastos com o pessoal, em 2023, inclui basicamente o valor relativo a Subsídios de Refeição de Euros 77 013,15, as Compensações /indenizações decorrentes de final de Contrato, e Km em viatura própria.

17.2 Os membros dos órgãos diretivos são os seguintes:

– Presidente da Direção	Carlos Filipe Bernardino da Silva
– Vice-Presidente	Pe. Manuel Francisco Perfeito Pato
– Secretário	Bruno Ribeiro Ferreira dos Reis Cabecinha
– Tesoureiro	Francisco António Caetano Lampreia,
– Vogal	Mónica Isabel Penetra Campos de Carvalho McGill

17.3 Os membros dos órgãos diretivos não auferem qualquer remuneração pelo cargo directivo que desempenham.

18. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Direção informa que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de Mora, nos termos do artigo 177º-A do CPPT.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 208º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, na sua versão atualizada, a Direção informa que a situação do Instituto perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

19. Outras Informações

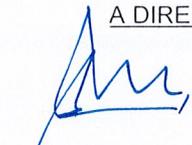
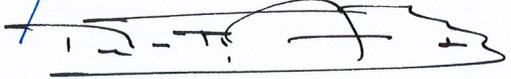
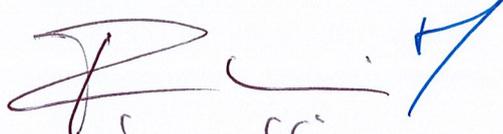
O número médio de utentes por valências, no período de 2023 e 2022 foi de:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Colégio	528	546
Jardim de Infância	39	41
Refeitório	387	390
Época Balnear (Colónia de Férias)	1375	514
CATL	18	29

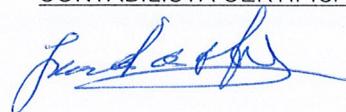
Não são conhecidos à data quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

A DIRECÇÃO




Mónica C. B.

CONTABILISTA CERTIFICADO



INSTITUTO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

ACOMPANHADAS DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Luiz Filipe da Silva Quinaz
Revisor Oficial de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Instituto de Nossa Senhora de Fátima (a Entidade ou "Instituto"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 2.353.991,99 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.939.946,66 euros, incluindo um resultado líquido de 66.922,80 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Conforme referido na Nota 3.3 às demonstrações financeiras relativas ao ano findo e 31 de dezembro de 2023, atualmente os meios financeiros necessários à consecução das atividades do Instituto são, maioritariamente, obtidos através de subsídios periódicos ou extraordinários de entidades públicas e comunitárias, os quais decorrem das orientações da política educativa vigente. Consequentemente a continuidade das operações do Instituto, a realização dos seus ativos e a liquidação dos seus passivos, encontra-se dependente da manutenção do suporte financeiro de terceiras entidades e do sucesso das suas operações futuras.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Rua Abranches Ferrão, n.º 10
Edifício Atlanta II - 15.ºB
1600-001 Lisboa
T +351 214 108 851

NIF 192730886
Inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 936
Inscrito na CMVM com o n.º 20160553

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

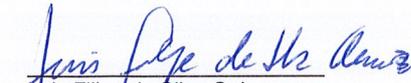
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 6 de maio de 2024


Luiz Filipe da Silva Quinaz
Revisor Oficial de Contas nº 936
Inscrito na CMVM com o nº 20160553